

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

ESTADO E MERCANTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: qual relação?

Ozileia Cardoso da Silva¹

RESUMO

Neste artigo se objetiva analisar, dentro da literatura do Serviço Social brasileiro, o debate sobre a relação entre o Estado e a mercantilização da força de trabalho frente ao contexto contemporâneo de ampliação dos processos de precarização do trabalho e massificação do desemprego. Identifica-se um entendimento no qual os direitos sociais e a exploração da força de trabalho se apresentam enquanto relações antitéticas. Conclui-se que, do ponto de vista estritamente teórico, esse debate apresenta um importante paradoxo que se relaciona à atuação do Estado e a mercantilização da força de trabalho. Ao se atribuir ao Estado a função de desmercantilização das relações sociais, isso implica no suposto de uma aparência de desvinculação entre o processo de produção e distribuição no âmago da reprodução capitalista. E diante da dinâmica capitalista a partir do século XXI, essa relação se erige como uma questão analítica complexa e urgente.

Palavras-chave: Estado. Mercantilização da força de trabalho. Serviço Social.

ABSTRACT

This article aims to analyze, within the Brazilian Social Service literature, the debate on the relationship between the State and the commodification of the workforce in the face of the contemporary context of expansion of the processes of precarious work and mass unemployment. An understanding is identified in which social rights and the exploitation of the workforce is presented as antithetical relationships. It is concluded that, from a strictly theoretical point of view, this debate presents an important paradox that is related to the role of the State and the commodification of the workforce. By attributing to the State the function of de-commodifying social relations, this implies the assumption of an appearance of disassociation between the production and distribution processes at the heart of capitalist reproduction. And in the face of capitalist dynamics from the 21st century onwards, this relationship emerges as a complex and urgent analytical question.

Keywords: State. Commodification of the workforce. Social service.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Doutoranda em Serviço Social; ozileiacardoso.074@ufrn.edu.br.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

Na atual etapa do capitalismo sob a aguda manifestação da lei tendencial da queda da taxa geral de lucro, seu contexto social - marcado, de um lado, pelo desmonte de direitos sociais e, de outro, pela precarização e massificação de desemprego -, incide diretamente nos limites e possibilidades das políticas sociais.

Nesse sentido, a intervenção social do Estado, na sua relação com a sociedade e o mercado, a partir das requisições vigentes da acumulação capitalista, tem sido lastreada por processos de recessão dos direitos protetivos ao trabalho e às políticas de proteção social, cuja expansão¹, outrora, havia sido possibilitada pela dinâmica expansionista da ordem monopólica do capital e em contexto de luta dos trabalhadores na perspectiva da conquista e da consolidação dos direitos sociais.

Em face desse cenário, no debate contemporâneo relativo à conformação das políticas sociais, particularmente dentro do Serviço Social brasileiro, repercutem análises sobre a incorporação por parte do Estado, a partir da crise econômica dos finais dos anos 1960, de novas requisições quanto à regulação da produção e reprodução capitalista, as quais, portanto, implicam diretamente no funcionamento e nas funcionalidades das políticas sociais.

Com efeito, as atuais ingerências reguladoras do Estado na relação com as condições de reprodução de vida da classe trabalhadora, a partir dos últimos decênios do século XX - e, particularmente, no Brasil a partir dos anos 1990 – com a emergência neoliberal, têm se constituído objeto de análises críticas e políticas no âmbito da profissão no cenário brasileiro - o que se constata a partir de sua reconhecida produção teórica, a qual, sob um viés crítico, assentada na tradição marxista, tem consolidado o Serviço Social, além de sua particularização no conjunto das práticas sociais, também como área de pesquisa reveladora da realidade social (MOTA, 2013; NETTO, 2010). O Serviço Social tem se constituído em campo de referência teórico-analítico sobre a temática, com destaque sobre as complexas funcionalidades das políticas sociais e, de modo particular, como se manifestam na dinâmica contemporânea capitalista.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

De forma mais recente, o debate tem se assentado sob a perspectiva de que o atual quadro econômico e social se erige para o atendimento das requisições do novo padrão de acumulação capitalista, a partir de sua reestruturação produtiva, conseqüentemente, instituindo “novos” processos de “expropriações”ⁱⁱ contra os trabalhadores, que se manifestam pelo desmonte de direitos e negação da perspectiva de universalização das políticas sociais, sob a hipótese de que tais processos tem por finalidade a disponibilização da força de trabalho ao mercado de trabalho.

Sob essa perspectiva, a mercantilização da força de trabalho e a política social se apresentam em polos opostos: de um lado, essa última é analisada como mecanismo para uma suposta *desmercadorização* da força de trabalho, uma vez se constituir provisão estatal frente às necessidades sociais; enquanto, de outro, sob a perspectiva neoliberal, a mercantilização da força de trabalho é ampliada ou *remercantilizada*, a partir da minimização do intervencionismo estatal, implicando, assim, numa maior disponibilização da força de trabalho aos anseios da acumulação capitalista na quadra histórica atual.

A partir disso, neste artigo, se objetiva analisar a relação entre o Estado e a força de trabalho, particularizando o processo de mercantilização da força de trabalho, dentro da literatura do Serviço Social brasileiro. E para tanto, assentado sob a perspectiva crítico-materialista, buscamos extrair os pressupostos e categoriais centrais expostos pelo campo analítico pesquisado.

2 ESTADO E MERCANTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: análises e perspectivas a partir do Serviço Social brasileiro

As análises sobre a intervenção social do Estado na sua relação com a classe trabalhadora, particularmente sob o enfoque das políticas e direitos sociais, encontram, dentro do Serviço Social brasileiro, importante relevo e, ao mesmo tempo, se constituem por um mosaico de diversas nuances políticas e teóricas. O que aponta para uma complexidade importante relativa à multiplicidade de

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



funcionalidades dessa entidade no desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Nesse campo analítico, observa-se, particularmente no que diz respeito às transformações do Estado e suas repercussões para o campo das políticas sociais e para a classe trabalhadora, o esforço em análise às condições contemporâneas de acumulação capitalista e como estas incidem sobre a materialização da intervenção estatal, pela mediação das políticas sociais. Nele, revela-se a priorização de categorias, como exemplo, “expropriação”, “monetarização”, “financeirização”, “supercapitalização” dos direitos e políticas sociais, demarcando a direção implementada pelo Estado em sua configuração atual, a partir de uma crítica proeminente ao processo de transmutação dos direitos sociais em mercadorias, a partir dos ajustes econômicos exigidos pela atual dinâmica reprodutiva capitalista (BEHRING, 2019; BOSCHETTI, 2018; GRANEMMAN, 2007).

Se, dentre outras categorias e análises, a problematização, antes, sobre a relação entre o Estado e as políticas sociais se apresentara com vistas à superação da dicotomia economicismo/politicismo, tão cara nos processos analíticos referidos à política social, como elucidara Behring (2007, p. 28), “é preciso considerar a política social como síntese de múltiplas determinações [...] superando os reducionismos economicistas, politicistas e de outras espécies”, parece oportuno destacar que essa relação, a partir dos tempos presentes, tem sido balizada pela oposição entre a *monetarização* ou *mercantilização* e a *perspectiva do direito*, esta última enquanto base de desmercadorização das relações sociais. Em face disso, revelar-se-ia como um novo parâmetro de intervenção do Estado, materializado pela sobreposição da primeira em detrimento da segunda perspectiva.

Com efeito, na atualidade, algumas abordagens presentes no Serviço Social, têm problematizado e adotado o entendimento de que as regressões atuais no campo das conquistas sociais se constituem em processos contemporâneos de expropriaçõesⁱⁱⁱ por parte do capital em subjugação da força de trabalho aos seus imperativos na busca pelo valor, os quais, contudo, se distinguem das

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

expropriações primitivas, analisadas por Marx^{iv}. Assim sendo, embora sem perder a conexão entre tais processos - primitivos e ulteriores -, qualificam-se os processos atuais de ampliação da exploração da força de trabalho, pela via tanto da precarização do trabalho com aumento de produtividade, quanto pelo desmonte de direitos enquanto novas formas de “expropriações” a partir da dinâmica contemporânea de acumulação do capital.

O entendimento é de que a partir da incorporação das novas requisições capitalistas, o Estado em sua função de “regulação da produção material e da gestão da força de trabalho” (MOTA, 2009, p. 55), frente à crise global contemporânea, emergente no final dos anos 1960, favorece os novos mecanismos de subsunção da força de trabalho ao capital, os quais, por sua vez, repercutem em novos processos de expropriações, resultando “em massas de trabalhadores disponíveis para vender sua própria força de trabalho, e necessitados disso” (FONTES, 2018, p. 21). O implica severamente sobre as condições de existência da classe trabalhadora.

Para Boschetti (2016), as “expropriações contemporâneas”, enquanto processos de transformação dos meios de existências em novos nichos de acumulação capitalista, nos quais se inserem os direitos e políticas sociais, se dirigem a assegurar o aprofundamento da exploração da força de trabalho. Nesse sentido, tais expropriações consistiriam em *conditio sine qua non* no capitalismo contemporâneo, em sua lógica destrutiva de apropriação de valor. Na mesma linha argumentativa, aponta Behring (2018, p. 192) que

[...] as perdas de conquistas importantes da força de trabalho, desde a limitação da jornada de trabalho no século XIX, podem ser vistas como movimentos contemporâneos de expropriação tendo em vista as condições para a exploração em escala exponenciada. Assim, esses são processo que se requisitam na reprodução ampliada do capitalismo em ambiente de crise estrutural, ainda que isso implique num recrudescimento das contradições do modo de produção capitalista no seu conjunto, donde decorre a caracterização da crise como estrutural e endêmica.

Segundo analistas, considerando o contexto de precarização de condições de trabalho e massificação do desemprego, a tendência atual, a partir dos anos 1970 –

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

e de modo particular, no Brasil, a partir de 1990 –, aponta que a intervenção do Estado se assentaria em uma contraposição aos feitos quando da onda expansionista do capital - os chamados *Anos gloriosos* - na relação com a reprodução da classe trabalhadora, no cenário do capitalismo central (Mota e Tavares, 2016).

De maneira que se a imbricação das funções políticas e econômicas do Estado em contexto de expansão capitalista se erigiu com possibilidades de acesso a melhores condições de vida e de trabalho para a classe trabalhadora (SANTOS, 2016), o que se observa no tempo presente é adoção de medidas do Estado em subtração das aquisições de outrora (MOTA; TAVARES, 2016).

Assim, as novas determinações capitalistas, a partir da fase atual de acumulação, parecem se apresentar sob a insígnia de negação das condições outrora entendidas como necessárias à conservação e reprodução da força de trabalho, com vistas à sua inserção no processo de acumulação capitalista. Com esse mesmo sentido, destacam as analistas,

[...] as supressões do acesso a bens e serviços sociais – que desde o capitalismo monopolista requeriam o financiamento de fundos públicos como partícipes da reprodução do trabalhador – convertem-se atualmente em negócios privados e lucrativos, adquiridos pelos trabalhadores e suas famílias mediante a compra com parte dos seus pífios salários (MOTA; TAVARES, 2016, p. 246).

Para Mota (2012) “[...] as mudanças nas condições e nos processos de trabalho, como uma condição da reestruturação produtiva e necessária ao aumento da produtividade do trabalho, vinculam-se ao processo de acumulação pela mediação do Estado e, particularmente, das políticas sociais”. E nesse processo, a ação sociorreguladora estatal, uma vez limitar “[...] sua responsabilidade social à segurança pública, à fiscalidade e ao atendimento, por meio da assistência social e das políticas de inserção, daqueles absolutamente impossibilitados de sobreviver”, conseqüentemente, “[...] se retrai e pulveriza os meios de atendimento às necessidades sociais dos trabalhadores entre organizações privadas mercantis e não mercantis” (p. 3).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Em face desse contexto regressivo, conforme Bizerra (2016), “uma constatação parece-nos inegável: como é de se esperar, a esfera estatal não fica imune aos impactos da crise” (p. 17). De modo que, frente ao contexto de ampliação dos processos de precarização do trabalho, releva-se a necessidade funcional do Estado, principalmente por meio das políticas sociais. E, ao mesmo tempo, daí a necessidade do entendimento da função histórica e social dos direitos sociais, com base nas políticas sociais, para a reprodução social do capital.

Entretanto, a problematização acerca do processo de transmutação dos direitos sociais em mercadorias – portanto, conforme a analítica de Granemman (2007), sob a forma de relação monetarizada -, tem se assentado sob duas referências centrais, particularmente: 1) sobre a referência do desmonte do *Estado de Bem-Estar Social*, ou, nos termos de Behring (2003), pela contrarreforma do Estado sob a particularidade brasileira; e 2) por consequência, a mercantilização de direitos e políticas sociais, antes relacionados à reprodução da força de trabalho, sob a responsabilidade pública estatal, o que tem como um dos efeitos centrais a agudização da exploração da força de trabalho. E nesse sentido, por consequência, com implicação para o processo de luta (pela) e reapropriação da riqueza socialmente produzida (BOSCHETTI, 2016, 2018).

Destarte, ambas as referências assumem como enfoque principal a crítica à relação entre o estado e a mercantilização da força de trabalho no capitalismo, com destaque a sua figuração contemporânea, a partir da emergência neoliberal. Com isso, a mercantilização da força de trabalho e a política social, como base do “Estado Social”, se apresentariam em polos contrários, tendo em vista que a (re) mercantilização da força de trabalho resultaria das investidas atuais do capital contra aos meios de proteção social e, conseqüentemente, das políticas e direitos sociais, implicando, assim, numa maior disponibilização da força de trabalho aos anseios da acumulação capitalista na quadra histórica atual.

Dito de forma distinta, a compreensão é de que os direitos e políticas sociais poderiam assegurar a subsistências dos trabalhadores, independentemente de sua

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



inserção no “mundo da produção”, contudo aqueles, entendidos como meio de existência da classe trabalhadora, têm sido acoplados à dinâmica de acumulação do capitalismo contemporâneo.

Tratar-se-ia, portanto, de uma relação autonomizada entre o Estado (“fundo público”) e a acumulação capitalista. Nesse meio, se esta última, para Marx (2017), tem por fundamento a mercantilização da força de trabalho sob a base social burguesa, já aquela entidade (Estado), por sua vez, contradiz a essa premissa, segundo as interpretações presentes, a partir da provisão de bens e serviços públicos pela mediação de políticas e direitos sociais, pois, conforme Boschetti (2016, p. 63), “ao reconhecer e estender direitos sociais amplos, o estado social contradiz as requisições diretas do sistema de acumulação, daí sua natureza contraditória”.

De modo geral, verifica-se a existência de análises sobre a regulação social do Estado, tanto no âmbito da tradição marxista, quanto para o Serviço Social, que se pautam pela referência de independência frente ao mercado. Nisso, aquela entidade, como instância contraditória, empreenderia um processo de desmercadorização, possibilitando a garantia de subsistências para além das relações de mercado. Para usar os termos de um influente teórico do “Estado de Bem-estar Social”, isso ocorre, portanto, “[...] quando um serviço é prestado como uma questão de direito e quando uma pessoa pode manter um padrão de vida sem depender do mercado”. O que, por sua vez, “[...] implica que os cidadãos podem livremente e sem uma potencial perda de empregos, renda, ou bem-estar geral, optar por se ausentar do trabalho quando eles próprios considerarem necessários” (ESPING ANDERSEN, 1990, p. 23).

Tal provisão, assim, se constituiria em contraposição a esfera do mercado e, por conseguinte, a necessidade por parte da classe trabalhadora de mercantilização da sua força de trabalho. E isso a partir do desenvolvimento da luta política da classe trabalhadora. O que, portanto, implicaria na natureza contraditória do Estado (IAMAMOTO, 2009; BOSCHETTI, 2016; 2018).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Essa condição se figuraria, por sua vez, como uma subvenção contrária à formação de valor, ou seja, como processo de desmercantilização das relações sociais, e cujo marco histórico remete à constituição do “Estado de Bem-estar Social” (ou “Estado Social”). A partir desse marco, o Estado tendo como característica a “[...] implementação de direitos sociais, fundos públicos e acesso universal, ou seja, ao acesso a direitos universais estava garantido por fundos públicos independentemente do mercado e do mérito individual”, resultaria na combinação da “[...] perspectiva da cidadania com a desmercadorização ou desmercantilização da força de trabalho, a garantia de direitos ao trabalhador no sistema capitalista de produção” (FALEIROS, 2009, p. 66).

Constata-se, portanto, que dentro do Serviço Social brasileiro também comparecem análises nas quais o papel regulador do Estado, pela mediação dos direitos sociais, na relação à reprodução da classe trabalhadora se apresenta como possibilidade de acesso ao atendimento de suas demandas fora da instância do mercado. Nesse sentido, a relação entre direitos sociais e exploração da força de trabalho se constitui enquanto categorias antitéticas. Essas análises podem ser constatadas, sobretudo, no debate sobre o tema da política social, para o qual o Estado se constitui em elemento central (BEHRING, 2018), seja sob o enfoque de um padrão de cidadania no enfrentamento à pobreza, seja sob o da desmercantilização da força de trabalho.

Para tanto, se manifestaria a natureza contraditória do Estado no capitalismo. Entendendo que a intervenção do Estado, como estratégia a regulação ao mercado, deve se dirigir à socialização da produção, uma vez não existir contrapartida ao trabalhador frente à riqueza excedente produzida, a esfera do mercado é apreendida como campo das relações mercantilizadas, sustentada pelo processo de exploração do trabalhador a partir de sua força de trabalho transformada em mercadoria. Em contraponto, os direitos sociais, apesar de capitalistas, são apresentados contrários à submissão do trabalho à condição de mercadoria, isto é, a venda da força de trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2011; BOSCHETTI, 2016).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Sob essa ótica, a natureza contraditória do Estado é compreendida em possibilidade de contraposição aos interesses da acumulação do capital. E assim, para uma estudiosa no âmbito do Serviço Social brasileiro, o Estado, a partir de sua forma interventiva nos marcos do século XX,

ao ampliar suas funções na sociedade capitalista, no contexto da democracia burguesa, o faz não exclusivamente como instrumento da burguesia, e tampouco como concessão unilateral em resposta à pressão revolucionária operária. O reconhecimento histórico de direitos sociais pelo Estado social é resultado de longo e secular conflito de classes, crivado por perspectivas revolucionárias e reformistas, mas também determinado pelas condições objetivas de desenvolvimento das forças produtivas (BOSCHETTI, 2016, p. 47).

Essa afirmativa remete à perspectiva de que Estado, como arena de interesses conflitantes, é interpelado por meio das lutas sociais. Assim, a possibilidade da pressão e lutas dos trabalhadores compreende aspecto central à processualidade conformadora da dinâmica constituinte da intervenção do Estado na sociabilidade regida pelo capital. E nessa linha, os direitos sociais se constituem resultantes da força política dos trabalhadores incidida sobre o Estado, e em oposição aos interesses do mercado. Trata-se, portanto, de compreender a contradição com fim no atendimento às demandas apresentadas pela classe trabalhadora.

E em que pese à consideração do movimento contraditório das relações sociais de produção e reprodução do capital, o caráter contraditório do Estado Social e, por sua vez, dos direitos e políticas sociais ao se situar no processo das lutas sociais, tem a sua expansão atribuída aos processos de luta dos trabalhadores na perspectiva da conquista e da consolidação dos direitos sociais (PEREIRA, 2008; YAZBEK, 2006). De maneira que ao garantir ganhos para os trabalhadores e impor limites aos ganhos do capital se constitui enquanto caráter positivo aos interesses da classe trabalhadora (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Destarte, os direitos sociais e, por sua vez, as políticas sociais são concebidos como expressões favorecedoras de uma desmercantilização da força de trabalho frente ao sistema de assalariamento (IAMAMOTO, 2009).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Expõe-se, desse modo, que a venda da força de trabalho – como condição histórica do desenvolvimento capitalista - é apreendida numa contraposição a constituição de um padrão básico de cidadania, ou, na perspectiva de uma sociedade assentada em direitos de cidadania. Tem-se aí o fundamento da posição adotada: a “desmercantilização da força de trabalho”, a partir da intervenção do Estado, como estratégia, em regulação ao mercado, se constituiria como mecanismo à socialização da produção, uma vez não existir contrapartida ao trabalhador frente à riqueza excedente produzida. A esfera do mercado é, por conseguinte, apreendida como campo das relações mercantilizadas, sustentada pelo processo de exploração do trabalhador a partir de sua força de trabalho transformada em mercadoria.

Com base nessa perspectiva, os direitos sociais, apesar de capitalistas, são apresentados contrários à submissão do trabalho à condição de mercadoria, isto é, a venda da força de trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2011; BOSCHETTI, 2016), ainda que isso não significasse uma mudança na natureza classista do Estado.

O que cabe sinalizar, a partir dessas indicações, em que pese às particularidades dos autores, é uma perspectiva analítica acerca da relação entre o Estado e a força de trabalho na dinâmica de reprodução da sociedade burguesa. Em outros termos, como mencionado, comparece relevado a relação entre direitos sociais e exploração da força de trabalho a partir de relações antitéticas. Com esse sentido, a depender do grau de intervenção do Estado, o qual é determinado também pelo grau de organização política, no mercado de trabalho, se operaria processos de desmercantilização das relações sociais.

Nessa direção, ao se atribuir ao Estado a função de desmercantilização das relações sociais, esse suposto implicaria na aparência de uma desvinculação entre o processo de distribuição e produção no âmago da reprodução capitalista, tendo em vista essa compreensão de que a esfera do mercado é apresentada como campo das relações mercantilizadas, sustentada pelo processo de exploração do trabalhador a partir de sua força de trabalho transformada em mercadoria. A partir

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

desse suposto, a política social, dependente da organização política dos sujeitos dela demandantes, pode se erigir em funcionalidade aos trabalhadores, uma vez materializar respostas às suas demandas, reivindicadas à instância política – o Estado – assumindo um caráter de *espaço de concretização de direitos dos trabalhadores* (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 195).

O caráter contraditório se apresenta aqui circunscrito por uma dualidade, comparecendo, pois, como ora funcional ao capital, ora aos trabalhadores, e o que define, portanto, compreende a força política. Assim, a contradição parecer estar transmutada de sua real finalidade para o processo de disputa. Nesse sentido, o Estado se constitui como uma arena de disputa de interesses, e por assim o ser se apresenta permeável às necessidades sociais (PEREIRA, 2012), cuja condição corresponde ao controle público derivado da própria sociedade. O Estado é, portanto, concebido como uma entidade geral, cujo poder consiste em objeto de disputa pelas forças políticas antagônicas.

3 CONCLUSÃO

Conclui-se que o pressuposto central, no interior do debate, se refere à desmercantilização das relações sociais pela mediação da intervenção do Estado, entendendo essa como mecanismo que pode assegurar autonomia dos indivíduos perante o mercado, e, por conseguinte, quanto à venda de suas forças de trabalho.

Também é possível observar a existência de uma concordância analítica entre os diversos analistas, aqui, mencionados em relação ao quadro de implicações econômicas, sociais, políticas e ideológicas engendradas pelo atual estágio do capitalismo, a partir da eclosão do ciclo depressivo do capital nos últimos decênios do século XX, com destaque sobre a reestruturação da gestão do Estado frente às necessidades de reprodução da classe trabalhadora. Não obstante, do ponto de vista estritamente teórico, esse debate apresenta um importante paradoxo que se relaciona à atuação do Estado, com base nos direitos e políticas sociais, e o processo de mercantilização da força de trabalho. Remetendo, assim, a relação

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



entre o Estado e a economia – ou as formas de intervenção do Estado - frente às modificações da dinâmica de reprodução da sociedade burguesa.

Com isso, ressalta-se a importância analítica sobre a incorporação pelo Estado das novas requisições *em regulação da produção material e da gestão da força de trabalho*, em observância a função social o atribuída no processo de reprodução social do capital. De modo que, frente ao contexto de ampliação dos processos de precarização do trabalho, obtém mais relevância analítica o papel do Estado, principalmente por meio das políticas sociais.

Considerando que em face do capitalismo atual a relação entre o Estado e a mercantilização da força de trabalho se erige como uma questão analítica complexa e urgente. Argumentamos que o contexto social presente demanda uma compreensão aprofundada sobre as determinações e função do Estado como regulador da economia capitalista e os impactos disso sobre a reprodução da classe trabalhadora, com destaque para as políticas sociais. Se expressa, portanto, a relevância teórica e social acerca relação entre o Estado e a reprodução da força de trabalho, privilegiando as determinações sobre o processo de mercantilização da força de trabalho.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003

BEHRING, Elaine Rossetti. Política social no capitalismo tardio. - 3ª ed. - São Paulo: Cortez, 2007.

_____; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. - 9ª ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Estado o Capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Orgs.). **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



_____. O ajuste fiscal permanente e contrarreforma no Brasil de redemocratização. In: SALVADOR, Evilásio, BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de (Orgs.). **Crise do capital e fundo público**: implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019.

BIZERRA, Fernando de Araújo. **Estado e Capital**: uma coexistência necessária. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

_____. Expropriações de direitos e reprodução da força de trabalho. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org.). **Expropriação e Direitos no Capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

ESPING-ANDERSEN, G. **The three worlds of Welfare Capitalism**. Polity, Press, Oxford, Grã-Bretanha, 1990.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado Capitalista**: as funções da previdência e assistência sociais. - 12ª ed. - São Paulo: Cortez, 2009.

FONTES, Virgínia. A transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org.). **Expropriação e Direitos no Capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

GRANEMMAN, Sara. Políticas Sociais e Financeirização dos Direitos do Trabalho. **Revista Em Pauta**, N. 20, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/159>. Acesso em: 10 de maio. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas / (Orgs.) Ivanete Boschetti et al. - 2ª ed. - São Paulo: Cortez, 2009.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. - 2 ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

MOTA, Ana Elizabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: Conselho Federal de Serviço Social. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, 2009.

_____. Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina. In: **Configurações, Revista de sociologia**. Online], 10 , 2012.

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Disponível em: <https://journals.openedition.org/configuracoes/1324>. Acesso em: 14 de abril. 2023.

_____. Serviço Social brasileiro: profissão e área de conhecimento. **Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rk/v16nspe/03.pdf>>. Acesso em: 05.05.2020.

_____. TAVARES, Maria Augusta. Trabalho e expropriações contemporâneas. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela (Org.). **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, José Paulo. Prefácio. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O Mito da assistência social**: ensaio sobre Estado, política e sociedade. – 4ª ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social**: temas & questões. - 2ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Estado, regulação social e controle democrático. In: BRAVO, Maria Ines Souza; PEREIRA, Potyara A. P; VASCONCELOS, Ana Maria de. **Política social e democracia**. - 5ª. ed. - São Paulo Rio de Janeiro: Cortez UERJ, 2012.

SANTOS, Milena. **Estado, política social e controle do capital**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

ⁱ Resguardadas as devidas particularidades históricas e específicas das nações nas quais tal experiência se consolidou como um tipo histórico de intervenção capitalista do Estado em contexto monopolista. Importante assinalar que essa expansão não se constituiu de forma homogênea, como resultante do desenvolvimento desigual do capital. Os chamados “Anos Gloriosos” foi uma experiência vivenciada, sobretudo, pelos países de capitalismo central.

ⁱⁱ O debate recente tem adotado a categoria “expropriações contemporâneas”, distinguindo dos processos analisados por Marx enquanto acumulação primitiva, embora sem perder a conexão entre tais, para qualificar os processos de ampliação da exploração da força de trabalho (“superexploração”) nos tempos atuais, pela via tanto da precarização do trabalho com aumento de produtividade, quanto pelo desmonte de direitos.

ⁱⁱⁱ A concepção é baseada na análise de Fontes (2010), a qual apresenta a categorização “expropriações secundárias” para explicar os processos atuais que “retiram dos seres sociais suas condições de existência e as convertem em capital. Recondzem seres sociais à condição de trabalhadores, enquanto convertem meios de existências e de vida em capital” (FONTES, 2018, p. 33).

^{iv} Cf. O Capítulo XXIV – *A assim chamada acumulação primitiva* –, em O capital: Crítica da Economia Política, Livro I (MARX, 2017, p. 785-834).

PROMOÇÃO



APOIO

